

**O FEMINISMO É UMA FARSA: DISCURSOS SOBRE A  
REPRESENTAÇÃO FEMINISTA NO BRASIL DURANTE CONQUISTA  
PELO SUFRÁGIO NO YOUTUBE**

**FEMINISM IS A FARCE: SPEECHES ABOUT FEMINIST  
REPRESENTATION IN BRAZIL DURING CONQUEST BY SUFFRAGE ON  
YOUTUBE**

**EL FEMINISMO ES UNA FARSA: DISCURSOS SOBRE LA  
REPRESENTACIÓN FEMINISTA EN BRASIL DURANTE LA CONQUISTA  
POR EL SUFRAGIO EN YOUTUBE**

Izadora Carvalho da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O propósito deste artigo é o de identificar e analisar a construção discursiva negacionista contida no vídeo “Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não”, publicado no canal do YouTube “Direto aos Fatos”. A partir do conceito de desmonumentalização da história (NAPOLITANO, 2007) deseja-se compreender quais os problemas inseridos na narrativa do vídeo cujo tema aborda a história do movimento feminista brasileiro atuante entre os séculos XIX e XX na busca pela aprovação do sufrágio feminino.

**Palavras-chave:** Movimento feminista; negacionismo histórico; mídias sociais.

**Abstract:** The purpose of this article is to identify and analyze the negative discursive construction contained in the video “Do you really owe feminism the right to vote, work and study? I don't think so”, published on the YouTube channel “Direto aos Fatos”. Based on the concept of demonumentalization of history (NAPOLITANO, 2007), we want to understand what problems are inserted in the video narrative whose theme addresses the history of the Brazilian feminist movement active between the 19th and 20th centuries in the search for the approval of female suffrage.

**Keywords:** Feminist movement; historical negationism; social media.

**Resumen:** El propósito de este artículo es identificar y analizar la construcción discursiva negativa contenida en el video “¿Realmente le debes al feminismo el derecho a votar, trabajar y estudiar? No lo creo”, publicó en el canal de YouTube “Direto aos Fatos”. Partiendo del concepto de demonumentalización de la historia (NAPOLITANO, 2007), queremos comprender qué problemas se insertan en la narrativa video cuyo tema aborda la historia del movimiento feminista brasileño activo entre los siglos XIX y XX en la búsqueda de la aprobación de sufragio femenino.

**Palavra chave:** Movimento feminista; negacionismo histórico; redes sociais.

## Introdução

Quantas vezes você já acessou suas redes sociais hoje? Qual foi a última vez que compartilhou alguma notícia por lá ou ainda que se informou através delas? De acordo com Reis, Zanetti e Frizzera (2019, p. 4) “O último *Digital News Report* (DNR) publicado em 2018 pela *Oxford University* e *Reuters Institute* dá conta que, no Brasil, 90% das notícias são obtidas nos meios online e 66% provém das redes sociais”, estes dados permitem mensurar o impacto das redes sociais em nosso país. Elas foram capazes de transformar numa escala global linguagens, comportamentos sociais, relações comerciais, mídia e marketing.

Com a política não foi diferente. Compreendemos as benesses que internet em conjunto com as redes sociais propuseram para esta área, pois além de viabilizar forma alternativa e moderna de se fazer política, também cativou o público jovem, em geral responsável por reconstruir debates que antes se configurava de forma restrita e seletiva. Entretanto o caso da *Cambridge Analytica*<sup>2</sup> escancarou os riscos destes mesmos veículos, que podem manipular informações ou dados pessoais e utilizá-los sem qualquer responsabilidade.

Este artigo tem por objetivo analisar mais um perigo que envolve as mídias sociais digitais: a propagação de discursos negacionistas. Para isso, analisamos o vídeo “Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não”, postado no canal do YouTube “Direto aos Fatos” em 2018. Buscamos compreender de que modo este material reproduz discurso político ideológico específico e consegue, através de diferentes aspectos, minimizar a história do movimento feminista brasileiro durante sua campanha sufragista, que remete à atuação de grupos e mulheres que viveram entre os séculos XIX e XX.

Optou-se por dividir esta análise em dois momentos. O primeiro avalia o vídeo, seus principais argumentos, dados técnicos e dinâmica de divulgação do Youtube. Já o segundo tem por objetivo reconhecer o tipo de discurso reproduzido no vídeo, identificar de que modo ele se qualifica como produção negacionista da história e por fim mensurar o impacto da produção audiovisual entre o público inscrito no canal.

Esta análise amplia o debate extremamente atual sobre o uso das mídias sociais e seu efeito entre os milhares de usuários consumidores desse tipo de material. No mesmo sentido o artigo discorre sobre outro tema que tem ganhado cada vez mais espaço na academia e fora

dela, que é a forte onda negacionista presente nos discursos contemporâneos (a ciência tem sido constantemente desafiada por estas narrativas) e sua relação com a história das mulheres e movimentos feministas.

### **Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não**

Mediante a revolução cibernética provocada pelo advento das redes sociais e mídias digitais, na tentativa de acompanhar e se adaptar a tais acontecimentos, a política mundial também se viu obrigada a mudanças. Seja por meio do *Instagram* e seu compilado de influencers, vídeos compartilhados no YouTube, notícias disseminadas no *Facebook* ou *tweets* de ampla circulação, a internet se transformou num veículo alternativo para campanhas políticas, pronunciamentos de chefes de estado, bem como local de manifestações sociais, capazes de organizarem protestos de larga escala e com alcance antes inimaginável. De acordo com Deslandes (2018, p. 3134):

[...] o ativismo digital tem ampla capacidade de agregação, convocação de massas, atuação nas ruas e possui um caráter complementar ao ativismo presencial. E mais do que isso, permite congregiar diversas frentes de luta ao mesmo tempo, numa transversalidade de interesses e pautas, propiciando a conectividade de uma rede de agendas.

Esta modalidade que ascendeu a partir do uso da Internet abriu espaço para formas de representação e atuação política não tradicionais, mas tão eficazes quanto elas. É dentro desta concepção capaz de movimentar o debate político que se insere o objeto deste artigo. O vídeo que nos serve como fonte histórica tem por título “*Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não*” e foi postado no YouTube no dia 15 de janeiro de 2018, no canal “Direto aos fatos”, idealizado e comandado por Camila Abdo<sup>3</sup>. Este encontra-se cadastrado na plataforma do YouTube desde o dia 03 de novembro de 2013, contabilizando estatisticamente o total de 6.947.318 visualizações, com 116 mil inscritos.

De modo geral, as produções correspondentes ao canal objetivam a militância e engajamento da direita conservadora, a partir do debate de pautas sociais e políticas sob a mesma perspectiva. Os temas são variados, vão desde assuntos relacionados ao cenário político brasileiro atual, até discussões históricas, sociológicas e literárias, como nos exemplos citados: “PCB Instrumento dos comunistas para dominar o Brasil”, “E como foi a Primeira Guerra Mundial”, “Cala Boca Joe Biden! A Amazônia é nossa” e “Feminismo na

literatura- O mal que cerca tua família”. Por meio dos exemplos nota-se que os títulos dos vídeos são extremamente chamativos, característica comum no universo do YouTube em que o conteúdo deve parecer atrativo. Afinal de contas, quanto mais extravagante, mais chances se têm de alcançar o grande público.

Inicialmente, deseja-se descrever os aspectos técnicos do vídeo escolhido para compor este trabalho. A duração da produção é curta, ao todo são 13 minutos e 14 segundos no qual Camila Abdo ocupa a função de narradora do vídeo. Sua imagem aparece apenas nos segundos iniciais, quando o público é questionado sobre as contribuições do movimento feminista na conquista dos direitos das mulheres.

Em seguida assistimos à introdução do tema que é feita através da reprodução de um pequeno recorte da entrevista de Aaron Russo concedida à Alex Jones- no vídeo produzido por Camila Abdo o entrevistado é indicado como “amigo dos Rockefeller”. Em sua fala o diretor de cinema comenta a respeito da estratégia confessa da família Rockefeller sobre incentivo na liberação feminina em troca de benefícios econômicos e políticos para a nação estadunidense. As mulheres são, portanto, interpretadas como massa de manobra e não enquanto agentes políticos conscientes de sua própria causa. Após este primeiro minuto são repassadas imagens e filmografias de diferentes movimentos sufragistas dos séculos XIX e XX e ações feministas contemporâneas, enquanto a construção discursiva do vídeo avança.

O material reproduz cronologicamente a história do movimento feminista, quem foi o fundador do termo e quais formas de atuação os grupos assumiram ao longo das décadas. Verificou-se que sua narrativa tem por finalidade deslegitimar o movimento feminista como contribuinte da emancipação da mulher. De acordo com o discurso ali contido, os direitos das mulheres foram conquistas naturais à evolução das sociedades ocidentais, os temas abordados separadamente na seguinte ordem, direito ao voto, trabalho, educação e emancipação da mulher através do divórcio demonstram isso.

O vídeo se encerra com a apresentação de “Quinze mulheres que se tornaram grandes cientistas sem qualquer envolvimento com o movimento feminista”, são expostas breves biografias de várias mulheres, entre elas Marie Curie, Rosalind Franklin e Jane Goodall-vida e obra são retratadas a partir desta afirmação, sem qualquer referência bibliográfica a respeito.

A propósito, vale ressaltar que não há no vídeo, nem na descrição do mesmo, qualquer referência das fontes e bibliografias utilizadas. Esta observação é importante porque pode indicar, por um lado, certo amadorismo do vídeo perceptível justamente nessa carência

de informações. Por exemplo, quando são expostas as fotos dos movimentos feministas correspondentes ao século XIX e XX deduzimos este período por mera observação das vestimentas destas mulheres, mas ao mesmo tempo não sabemos identificar com precisão qual movimento está sendo retratado, tendo em vista que a atuação feminista nesse período se fez presente em diferentes países e sobretudo porque cada um deles tinha suas particularidades, fator desconsiderado na construção imagética e argumentativa da fonte. No entanto, por outro lado, essa ausência de referências e bibliografia pode ser proposital: apostando em visualizações rápidas e sem exigências de critérios de verificabilidade, a mensagem pode circular de maneira mais eficiente, sem ser confrontada com necessidades de comprovação.

Além disso, obter informações bibliográficas seria importante para consulta do público consumidor deste tipo de conteúdo e também para aqueles que, como nós, utilizamos o material na condição de objeto de estudo. Em qualquer trabalho, sendo ele acadêmico ou não, nos mais diferentes formatos, é compromisso do (a) autor (a) expor de onde as informações ali contidas foram retiradas. Entendemos que por isso o rigor informacional do vídeo é frágil e altamente contestável.

Em suma, estas características do vídeo nos levam a interpretá-lo como mais uma produção negacionista da história, especificamente em torno da história das mulheres. De acordo com Napolitano e Junqueira (2019) tais repertórios movidos por crenças ideológicas requerem caráter historiográfico próprio, porém não possuem sequer rigor metodológico para isso. São facilmente identificados, pois seus traços geralmente se repetem, tendem a distorcer teses historiográficas reconhecidas, são sensacionalistas, utilizam fontes, mas não se preocupam em contextualizá-las (como é o caso do vídeo) e defendem suas posições sobre a história a partir de parecer moral e ideológico que tenta se comprovar nos resultados de suas produções e não nas perguntas que se deve fazer ao objeto.

Como mencionado, o material que analisamos encontra-se sob domínio público no YouTube, que por sua vez é atração do momento quando se trata de consumo de vídeos *online* e gratuitos. Qualquer pessoa pode acessar e postar seus vídeos na plataforma desde que tenha conta na mesma. Porém, isto não significa que imediatamente os vídeos terão sucesso, ou que se ganhe dinheiro a partir deles. A dinâmica interna de divulgação dos vídeos no YouTube respeita algumas regras, entre elas a de circulação e retenção dos vídeos. A popularidade de determinado conteúdo é medida através da quantidade de visualizações, que

começa a contar a partir do clique de alguém. Outra métrica tenta indicar a qualidade e popularidade do conteúdo divulgado de acordo com a retenção do público consumidor.

É relevante pensar na dinâmica dessas redes como Instagram, Facebook, YouTube e recentemente o famoso TikTok, porque eles acabaram por criar ambiente alternativo, mas de influência direta nas relações sociais e políticas. Isto se comprova, por exemplo, no impacto das mídias digitais nas campanhas presidenciais de Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos. O canal “Direto aos Fatos” não é de grande porte, mas tem sua notoriedade e conseqüente influência no debate político atual. Tamanha é a responsabilidade desse tipo de veículo informacional que no ano passado Camila Abdo foi alvo de investigações da Polícia Federal, assim como outros produtores de conteúdo, declaradamente apoiadores de Jair Bolsonaro.<sup>4</sup>

É fato que o mundo virtual tem suas vantagens, ele é acessível, dissemina e nutre informações localizadas apenas a um clique de qualquer pessoa. Ao mesmo tempo é problemático porque tem sido um ambiente difusor das *fake news* e também colaborador para o fomento do debate político cada vez mais polarizado e intolerante. De acordo com Deslandes (2018) as mídias sociais digitais empobreceram o diálogo, tão fundamental para a política, pois nelas todos podemos viver numa bolha, consumir apenas o que o algoritmo indica como interessante e ainda bloquear ou excluir o que for indesejado.

Apesar das inúmeras contribuições que os trabalhos de história e gênero tem proporcionado no campo acadêmico e fora dele, ainda existem muitos discursos que refutam, tal como acontece no vídeo, a representação feminista no passado. Deseja-se por meio deste artigo contestar este tipo de narrativa e compará-la com produções historiográficas do tema. O intuito aqui é demonstrar apenas os problemas relacionados ao discurso reproduzido no vídeo, sobretudo no que diz respeito à atuação feminina sufragista da primeira onda do movimento brasileiro.

### **O feminismo foi mesmo uma farsa?**

Produções audiovisuais como filmes, documentários, curta metragens e vídeos compõem grande parte do entretenimento da população, mas seus objetivos não se limitam ao lazer. Enquanto provocam o divertimento são capazes de reproduzir (in)conscientemente discursos políticos e ideológicos.

No vídeo escolhido observou-se que existe evidente reprodução do discurso conservador e revisionista da extrema direita. Nesta seção iremos analisar alguns fragmentos da produção que nos permitam problematizar estas questões, sobretudo com relação às críticas direcionadas à história da mulher e seu papel na conquista do sufrágio. O vídeo inicia-se com o seguinte questionamento:

Olá, *sabe aquela história de feminista* que, se não fosse pelo feminismo você não estudaria, não trabalharia, não pensaria, não falaria, não escreveria, não viveria, não respiraria. Pois é, será que isso é verdade mesmo?! (ABDO, 2018, Grifo nosso).

O feminismo tem ocupado espaço significativo na sociedade, seja dentro da academia por meio dos estudos de gênero, ou fora dela, permeando debates públicos e transformando a consciência dos sujeitos. A tal “história de feminista” mencionada pela narradora faz referência a este cenário atual, no qual o movimento é constantemente colocado em cena quando abordado temas como a opressão e subordinação das mulheres no passado e no presente.

A partir desta introdução é notória a utilização da ironia como recurso linguístico para deslegitimar a história do feminismo, haja visto que relacionado a direitos fundamentais como a liberdade de expressão, trabalho e autonomia da mulher a narradora também se refere e iguala estes direitos à aspectos comuns a vida como o ato de respirar. O conjunto auditivo do vídeo torna isso perceptível no próprio tom de voz da narradora, que se altera nesse exato momento, se comparado com os minutos seguintes.

Após alguns segundos explicando a origem e significado do termo feminista, o vídeo passa a analisar as conquistas (ou melhor, a inexistência delas) atribuídas ao movimento feminista no Brasil através da discussão de pautas analisadas separadamente pela narradora.<sup>5</sup> A primeira trata-se do voto da mulher brasileira, a este respeito é interessante perceber como a conquista do direito é atribuída a figuras masculinas que na época ocupavam posições de poder, ao mesmo tempo em que enfatiza o desinteresse do público feminino sobre o sufrágio. Segue o trecho a respeito

No Brasil só tinha direito ao voto aquele que tinha o dever de ir pra Guerra. No mundo Ocidental este direito era vinculado com o alistamento no exército. Na época muitas mulheres se manifestaram contrárias ao voto por medo de serem obrigadas a servirem o exército. A luta pelo voto feminino em nosso país partiu de um homem chamado Cesar Zama, os republicanos que lutaram pelo voto feminino era o que hoje chamamos de direita (ABDO, 2018).

Durante os séculos XIX e XX houveram no Brasil várias manifestações femininas em prol da conquista de direitos como a participação da mulher no sistema político e a

educação igualitária entre os sexos. Dentre alguns nomes, podemos destacar a trajetória da escritora Nísia Floresta, a professora Leolinda Daltro, a cientista Bertha Lutz e entre outras, que em vida dedicaram-se à representação dos interesses das mulheres. Estas presenças são totalmente descartadas pela narrativa adotada no vídeo, cumprindo com o intuito de manter a mulher como figura omissa sobre o sufrágio.

Além disso, grande parte da bibliografia que estuda movimentos feministas precursores no Brasil enfatizam em suas análises o peso determinante do contexto histórico no qual estas manifestações emergiram. Este período foi marcado, de acordo com Karawejczyk (2013, p. 83) pelo:

[...] lugar dos gêneros- masculino e feminino- na sociedade. Para a mulher o recato do lar e das lides domésticas, a esfera privada; para o homem, o espaço público e político, que passou a ser seu santuário, intocado e inexpugnável. Assim, a segregação sexual se fez principalmente nos “lugares do poder”, nos quais a presença feminina não foi permitida.

É, portanto, compreensível que dentro desta estrutura social rígida e delimitada houvessem mulheres indispostas a luta sufragista por diferentes motivos, porém isto não serve de forma alguma como justificativa para anulação ou silenciamento da forte presença feminista no mesmo período.

Ademais, a luta pelo sufrágio no Brasil não foi atribuição única e exclusiva do deputado César Zama como argumenta o vídeo, embora fossem apenas os homens aqueles com permissão de votar e elaborar as leis. César Zama foi um dos poucos deputados brasileiros que durante a discussão da Constituição entre 1890/1891, após a proclamação da República, mencionou a necessidade do sufrágio universal para o cumprimento do regime democrático que viria instituir-se, incluindo aí a categoria das mulheres.<sup>6</sup> Contudo, antes mesmo da segunda metade do século, este assunto já era tema de diálogos e conflitos entre brasileiros e brasileiras. Mais adiante o vídeo novamente reforça a posição central dos homens na campanha pelo sufrágio

No mais foi Getúlio Vargas quem fez o decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 que aprovou o Código eleitoral e determinou profundas alterações no direito eleitoral vigente, introduzindo a representação proporcional em dois turnos e também a classista, estendendo o sufrágio as mulheres criando a Justiça eleitoral. Então é isso, o direito a voto a gente acredita a Elizeu de Oliveira Viana, depois do marido da Celina e por último ao Getúlio Vargas. Ou seja, as mulheres não tiveram participação nisso, elas não queriam votar [...] (ABDO, 2018).

O que se deseja aqui é romper com o senso comum de que a conquista do voto feminino no nosso país derivou apenas da iniciativa desta ou daquela figura masculina. Ao contrário, houve a união de forças masculinas- poucas delas, mas ainda assim importantes- e

femininas em prol da mesma luta. Repetidamente o vídeo desconsiderou a trajetória feminista nesse período para compor seu discurso, possivelmente influenciado por posições ideológicas de extrema direita.

Conscientemente ou não, a invisibilidade do movimento feminista quando abordado o tema do sufrágio é mais comum do que se pensa. Segundo Karawejczyk (2013), ela tenta corroborar com a noção de que as mulheres foram seres alienados de suas conquistas, ou ainda de que o voto foi uma mera concessão do governo. O problema não está na representação feminina, mas na forma com o qual o tema foi abordado ao longo dos anos, inclusive na historiografia brasileira, que sustentou por determinado tempo este silenciamento. E o que caracteriza os silêncios na história? Michelle Perrot (2005, p. 09) considera que “O silêncio é comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada.” Embora não se limite ao feminino ser silenciada na história vai de encontro o caráter submisso delegado à todas nós ao longo dos anos.

A este respeito deve-se considerar também a problemática em torno de dois aspectos: fontes e olhares históricos. Ainda de acordo com Michelle Perrot (2005) por não exercerem seus direitos em plenitude, por terem seus corpos e vozes subjugados, muitas fontes de/sobre mulheres características do século XVIII, XIX e XX abafaram suas vozes e omitiram seus papéis. Aliado a esta carência está o olhar do próprio historiador (a), que por décadas não enxergou no gênero a categoria analítica poderosa que ela é, capaz de ressignificar paradigmas, conceitos e metodologias.

O vídeo reproduz este silêncio e há nele intenções visíveis de desmonumentalização da história do movimento feminista no Brasil, situação constatável através do tom irônico na voz da narradora, dos recursos linguísticos utilizados para abordar do tema e sobretudo do modo pelo qual optou-se por retratar a mulher nesse contexto, sempre como desinteressada e alheia as discussões públicas, creditando conquistas importantes como o voto à homens no poder. Este conceito proposto por Marcos Napolitano (2007) trabalha com a ideia de que produções audiovisuais podem contribuir tanto para a construção ou reforço de monumentos históricos e discursos oficiais, quanto para desconstrução deles.

Neste caso a desmonumentalização ocorre sob a história do próprio feminismo, respaldada em uma perspectiva extremamente negacionista. Esta interface é perigosa porque não possui preocupações histórico metodológicas e acaba por fundamentar visões distorcidas da história. Para Moraes (2011, p. 8):

Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF – ISSN 1677-1001

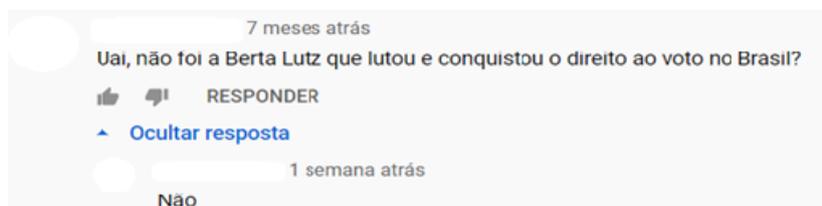
O traço mais geral do tipo de escrita sobre o passado que é o escrito historiográfico, é a ideia de que as proposições nele contidas sejam **verificáveis**. Isto o faz pertencer a uma família específica de escritos, que abarca escritos das disciplinas científicas aplicadas e históricas, incluindo aí a própria história da filosofia. Mesmo variando os modos de inteligibilidade do que passou (um evento, um texto, uma pessoa, a memória, a palavra), a verificabilidade se mantém como critério de validade para as proposições apresentadas no interior da disciplina.

Temos acompanhado o negacionismo enquanto mal que assola não apenas as humanidades, mas a ciência. É importante mencionar que a revisão em si faz parte do processo científico e, no que se limita a historiografia, é completamente recomendável desde que exista comprometimento com o verossímil, este inalienável durante a escrita da história.

Tendo compreendido o fio condutor da narrativa verificada no vídeo, agora refletiremos acerca da influência social do discurso negacionista sobre a história das mulheres e do feminismo. O Youtube nos dá amostras desse impacto através dos comentários e *likes* disponíveis na própria plataforma. Eles indicam, por exemplo, com quem o negacionismo pretende dialogar e como pontua Napolitano e Junqueira (2019, p. 3) “[...] quem ele pretende atacar no presente quando revisa ideologicamente um tema no passado”.

Estes dados demonstram que o vídeo tem até o momento 11.690 visualizações, 1,2 mil *likes*, 106 *dislikes* e 158 comentários. Sua recepção tem sido positiva, sobretudo entre usuários que comungam da mesma formação ideológica que a produtora do canal, ou o mais próximo dela, e compartilham de posições similares a respeito da história do movimento feminista brasileiro. Quando observado com maior cautela, verificou-se que dentre os comentários do vídeo apenas sete deles indicam relativa dúvida a respeito do discurso ali reproduzido, segue o exemplo abaixo:

Imagem 1- Comentário do Youtube



Fonte: Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não. Canal Direto aos fatos, 2018.

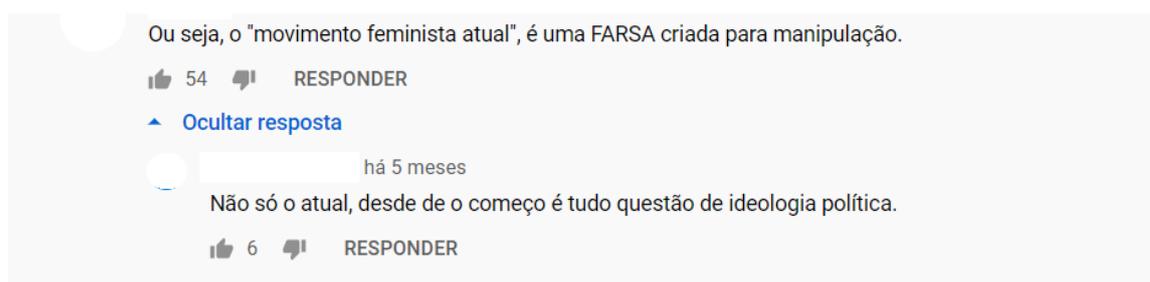
Este comentário destacou-se entre os outros porque ao contrário do vídeo, o usuário inseriu a presença feminista, atribuída ao nome de Bertha Lutz, no contexto histórico abordado. Embora muitos ainda não conheçam a história do feminismo no Brasil, Bertha

Maria Julia Lutz foi, dentre outras mulheres, nome de destaque na época em que o voto, ou o direito de frequentar o ensino secundário e assumir cargos em concursos públicos eram vetados a mulher. A cientista não foi a única responsável pela aprovação do sufrágio, mas na condição de fundadora e presidente do movimento feminista Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF), constituído no ano de 1922, teve atuação marcante para a efetivação do direito.

A FBPF tendo como causa fundamental o sufrágio feminino, obteve apoio de diversas personalidades políticas e estendeu suas filiais em mais de um estado, a exemplo de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. De acordo com Rachel Soihet (2000) suas integrantes configuraram cenário de pressão política em prol da própria causa e assim o fazia através de associações, eventos abertos e constantes pronunciamentos na imprensa. Inserir o nome de Bertha Lutz nesta discussão é demonstrar por meio da própria história que houveram diferentes frentes de ampla atuação, pressão e resistência feminista em nosso país.

Contrariando essa posição, a mensagem do vídeo se faz clara, nele o feminismo é uma farsa. E esta crítica não se limita aos movimentos do passado, os contemporâneos são igualmente descredibilizados. No comentário a seguir dois usuários reforçam esta ideia.

#### Imagem 2- Comentário do Youtube



Fonte: Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não. Canal Direto aos fatos, 2018.

Destaca-se a partir das opiniões expressadas a forma com que os usuários interpretam o discurso do vídeo como a verdade absoluta sobre a história das mulheres e automaticamente enxergam no movimento feminista e suas intenções a mentira; fraude. Esta dualidade (verdadeiro versus falso) é problemática e adentra questões que há muito tempo são motivo de debate entre correntes historiográficas.

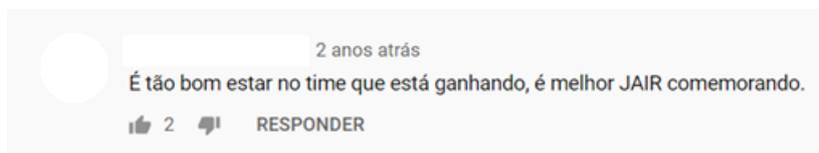
Não existem pretensões nesse artigo de nos aprofundarmos nesta discussão, cabe apenas pontuar que atualmente já superamos a ideia de que a história é, ou deve ser

compreendida, como verdade suprema. Lidamos com questões subjetivas, fontes que por sua vez foram produzidas, carregadas de intencionalidades e eventos históricos complexos. Estes fatores em conjunto demonstram como a verdade absoluta é algo praticamente impossível de se reproduzir, ainda mais a respeito daquilo que já ocorreu.

Além disso, fundamentam esta dualidade reforçando a concepção de que a mulher é altamente manipulável. Esta visão sobre o feminino está atrelada à concepção machista que ainda persiste na nossa sociedade de que a mulher é fraca e dependente. Portanto, ela não poderia ser interpretada enquanto agente histórico consciente de sua condição e capaz de protagonizar sua própria luta por direitos políticos igualitários.

Por fim, em outro comentário determinado usuário levanta a questão referente entre a relação do vídeo, seu discurso e o contexto no qual o mesmo foi publicado.

Imagem 3 - Comentário Youtube



Fonte: Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não. Canal Direto aos fatos, 2018.

A frase proferida neste comentário foi comum entre eleitores no ano de 2018, durante corrida para a presidência do Brasil. O trocadilho faz clara referência ao nome de Jair Messias Bolsonaro, na época candidato pelo partido PSL, hoje presidente democraticamente eleito. Capaz de influenciar milhares de pessoas, sobretudo jovens, a internet foi o local eficaz para realização de campanhas e divulgação de notícias, meio do qual Jair Bolsonaro e equipe se beneficiaram.

Até hoje o presidente atua significativamente entre as mídias sociais, realizando *lives* em suas redes e pronunciando-se com frequência pelo Twitter. O vídeo analisado, bem como o canal a ele pertencente, dialoga diretamente com a extrema direita brasileira, reproduzindo seu discurso conservador. Portanto é concebível que eleitores declarados do até então candidato sejam consumidores do vídeo e associem tal narrativa com posições político partidárias próprias.

O canal “Direto aos fatos” é um dentre vários outros veículos de informação no YouTube apoiadores declarados do presidente Jair Bolsonaro. Muitos deles hoje possuem alta

repercussão e número crescente de inscritos, como é o caso dos canais Mamãe Falei (2,69 milhões de inscritos), Folha política (2,16 milhões de inscritos) e MBL- Movimento Brasil Livre (1,24 milhões de inscritos).

Finalmente se faz necessário apontar que não há mal algum quanto ao uso das mídias sociais para divulgação de conteúdo, sejam elas de qualquer matriz. Acredita-se muito no potencial de comunicação e nas benéficas transformações que isto pode gerar na atualidade, tornando o conhecimento acessível sobretudo no momento em que ele ultrapassa as paredes da academia.

Entretanto, isto só se mantém válido desde que nela estejam todos comprometidos com a divulgação de informações seguras e, no caso de abordagens históricas, devidamente fundamentadas. Vimos que a manipulação do discurso histórico pode atender a diversos objetivos, mas quando legítima abordagens negacionistas recai num terreno que, para nossa área, é extremamente grave e inaceitável.

### **Considerações finais**

As mídias sociais impactam diferentes setores da modernidade, incluindo aí o campo da política. Elas compuseram veículos promissores de divulgação, ampliação do debate político e do ativismo cibernético. Por meio desta nova linguagem nos vimos incorporados a esta estrutura que influencia milhares de pessoas ano após ano.

No YouTube é possível identificar diversas atuações que se enquadram nesta categoria, onde conteúdos são produzidos para debater política e promover ideologias, é o caso do vídeo analisado “Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não”.

Neste exemplo assistimos à divulgação do discurso compatível com a direita conservadora brasileira, que teve por objetivo a desmonumentalização da história do movimento feminista precursor do nosso país. Foi possível perceber sob quais aspectos este discurso se construiu no vídeo e também problematizar, tendo em vista os riscos que sua narrativa compõe para nossa área.

Embora não pertença a um canal do YouTube de grande porte, compreender o propósito, dinâmica e público alvo deste material foi relevante porque ele pode apontar para o movimento que vem crescendo com rapidez em nosso país: a gradual ascensão e imersão da

direita conservadora nas mídias digitais e seus confrontos com os movimentos feministas contemporâneos.

## Referências bibliográficas

DESLANDES, Suely Ferreira. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n 10, p. 3133-3136, out. 2018.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. 2013. 398 p. Tese de doutorado em história- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2013.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. **O negacionismo e problema da legitimidade da escrita sobre o passado**. In: XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, São Paulo, 2011. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Monumentalização e escrita fílmica da história: uma comparação entre Danton e Amistad. In: MORETTIN, Eduardo; CAPELATO, Maria Helena; SALIBA, Elias Tomé; NAPOLITANO, Marcos (Org.). **História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual**. São Paulo: Alameda, 2007. p. 65-83.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Mary. Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça. Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de história da FFLCH/USP- Universidade de São Paulo. Maio 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano. Algoritmos e desinformação: o papel do YouTube no cenário político brasileiro. In: *Compólitica*, n. 8, 2019, Brasília. **Anais [...]** Brasília, 2019, p. 1-19.

Será que você deve mesmo ao feminismo o direito de votar, trabalhar e estudar? Eu acho que não. Direto aos fatos. Vídeo apresentado por Camila Abdo: [S.l.: s.n]. 2018. 1 vídeo (13 min 14 seg.). Publicado pelo canal direto aos fatos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1e4U5eAqSdU>. Acesso em: 18 de out. 2020.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n.15, p. 97-117, Dez 2000.

Recebido: 03/02/2021

Aceito: 10/04/2021

Publicado: 24/05/2021

---

<sup>1</sup>Graduada em história pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 2018, atualmente é aluna do programa de Pós-Graduação em História Social pela mesma Universidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8244905854933260>.

<sup>2</sup> Cambridge Analytica foi uma empresa de análise de dados contratada pela equipe de Donald Trump durante a campanha para presidência dos EUA em 2016. Ficou mundialmente conhecida através do escândalo envolvendo o uso ilegal de dados dos usuários do Facebook para influenciar os resultados eleitorais naquele mesmo ano. [S. l.]. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou o valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **BBC News Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>. Acesso em: 19/10/20.

<sup>3</sup> De acordo com a descrição do canal Camila Abdo denomina-se como produtora de conteúdo e jornalista, não há qualquer menção sobre uma possível especialização na área de História. E embora conste a titulação em suas redes sociais, não foram encontradas durante elaboração do artigo informações a respeito de sua formação acadêmica em jornalismo.

<sup>4</sup> A operação requerida pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes teve como desdobramento a busca e apreensão de aparelhos tecnológicos dos investigados. Além de Camila Abdo, nomes como o do deputado Daniel Silveira também constavam no inquérito, dentre as acusações está a possibilidade de incitação por parte dos influenciadores de manifestações antidemocráticas no país. PEIXOTO, Sinara. **PF faz buscas em investigação contra atos antidemocráticos**. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/16/pf-faz-buscas-nas-casas-do-deputado-federal-daniel-silveira-e-de-allan-santos>. Acesso em 29/03/2021.

<sup>5</sup> Deve-se enfatizar que o vídeo aborda outras questões além do voto como, por exemplo, o trabalho feminino ou o direito de estudar, de forma igualmente problemática. Embora seja necessário, neste artigo não foi possível analisar todos os temas. Optou-se por priorizar o sufrágio devido a familiaridade da autora com o assunto que também é abordado em sua dissertação de mestrado.

<sup>6</sup> Em sua tese de doutorado, Mônica Karawejczyk aborda com valorosa riqueza o debate parlamentar que envolveu a proposta do sufrágio feminino durante a Constituição de 1891. Houve argumentos favoráveis a este direito, incluindo os de César Zama, mas ao mesmo tempo forte resistência a respeito. Nas alegações contrárias ao sufrágio feminino geralmente considerava-se o ato como imoral e anárquico, incongruente com a função natural da mulher (cuidado da casa e dos filhos) e que colocava em risco a ordem social e sua divisão. KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)**. 2013. 398 p. Tese de doutorado em história- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, 2013.